

Liberdade de expressão

STF: ações em série contra jornalistas são assédio judicial

Para ministros, tática de processos repetidos sobre os mesmos fatos, em foros diferentes, visa constranger profissionais

PEPITA ORTEGA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu ontem o assédio judicial contra jornalistas, definido como o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em foros diferentes, com o intuito ou o efeito de

constranger os profissionais de imprensa.

Os ministros entenderam que a “responsabilidade civil de jornalistas ou órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos)”.

O colegiado estabeleceu que, caso seja caracterizado o “assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão”, o jornalista ou órgão de imprensa alvo da ofensiva pode pedir à Justiça a reunião das ações em um juízo do local onde reside ou tenha sede o veícu-

“A responsabilidade civil de jornalistas ou órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos)”

Supremo Tribunal Federal
Em decisão sobre ações contra jornalistas

lo para o qual trabalhe.

A tese foi fixada no julgamento de ações interpostas pela Associação Brasileira de Jor-

nalismo Investigativo (Abraji) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). As entidades alegaram que os autores da prática têm interesse apenas no “efeito que a enxurrada de ações” causa nos jornalistas.

Elas destacaram ainda que processos de reparação de danos materiais e morais são usados de “forma abusiva”, para impedir a livre atuação dos profissionais de imprensa. A Abraji pedia ao Supremo que as ações em que se verificasse o assédio judicial fossem julgadas no domicílio do jornalista ou do órgão de imprensa.

RELATORA. O julgamento do tema no Supremo teve início em setembro de 2023, quando a então ministra Rosa Weber (hoje aposentada), relatora, defendeu o reconhecimento da figura do assédio judicial contra a imprensa.

Na retomada da análise do

caso, no último dia 16, o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, seguiu o entendimento da relatora, mas também propôs que, quando for caracterizada a prática, a parte acusada poderá pedir a reunião de todas as ações no local onde reside.

Na ocasião, o presidente do tribunal afirmou que “o ajuizamento de inúmeras ações simultâneas sobre os mesmos fatos em locais diferentes, para constranger jornalistas ou órgãos de imprensa, dificultar sua defesa ou encarecê-la, constitui assédio judicial e compromete a liberdade de expressão”.

Ao acompanhar o voto de Barroso, o ministro Cristiano Zanin acrescentou que o juiz poderia extinguir a ação quando identificasse que o propósito não era uma efetiva reparação, mas apenas o assédio judicial. ●

LEILÃO ONLINE DE MATERIAIS

SEXTA - 24/05 - 09H30 · DIVERSAS OPORTUNIDADES!

IMPERDÍVEL
IMPERDÍVEL
IMPERDÍVEL



COLHEITADEIRA NEW HOLLAND CR9060 - 2011



PLATAFORMA NEW HOLLAND PL35 - 2011

OBS: OS LOTES SERÃO VENDIDOS JUNTOS



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195



SODRÉ SANTORO
45 anos

Ministros defendem modos de coibir a prática

Os ministros do Supremo Tribunal Federal seguiram ontem a proposta defendida pelo presidente Corte, Luís Roberto Barroso, que lembrou os princípios internacionais da ética

jornalística: “distinção entre fato e opinião; verificação da veracidade do que é publicado; não ter interesse próprio no que é veiculado, ouvir o outro lado e retificar erros”. “Acho

bons critérios”, indicou.

O ministro Edson Fachin apontou a importância de caracterizar o assédio judicial como “categoria juridicamente relevante para ser definida co-

mo prática abusiva que restrinja de forma inconstitucional a liberdade de informar e de ser informado”. “Ao definir o assédio judicial, creio que este tribunal estará dando passo importante para obstar o chamado efeito resfriador, ao desestimular a produção de notícias,

a investigação de fatos e a veiculação de opiniões críticas.”

O ministro Alexandre de Moraes disse que o assédio judicial afeta também o mundo político. “Não é possível permitir que determinado grupo comece a ‘stalkear’ pessoas pela via judicial”, ponderou. ● P.